

# Liberdade & Cidadania

## Informação aos Meios de Comunicação Social

Os subscritores do Comunicado que junto enviamos vêm tomar posição pública em defesa das liberdades de educação e de consciência num país que todos desejamos livre e democrático.

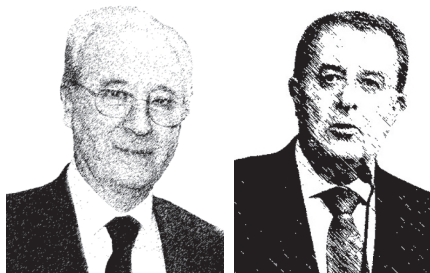
**C**omo tem sido noticiado, os pais de dois alunos do Quadro de Honra do Agrupamento de escolas Camilo Castelo Branco, de Famalicão, no 9º e 7º ano, ambos com média de 5 valores, apresentaram oportunamente a sua objecção de consciência para impedir que os seus filhos frequentassem a disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento.

Assim mesmo, a autoridade escolar competente concedeu-lhes sempre transição de ano. Mas, por falta de frequência na disciplina de Educação para a Cidadania, um despacho do Secretário de Estado da Educação anulou posteriormente as decisões da passagem desses alunos nos dois últimos anos.

Desse modo, um dos alunos recuará do 9º para o 7º ano e outro, em vez do 7º ano, passará a frequentar o 5º.

Por decisão de uma juíza de direito, já foi concedida uma providência cautelar contra essa decisão ministerial, mas a questão não está finda.

No programa da referida disciplina inclui-se ensinamento sobre matéria de



POR **Mário Pinto**

Professor Catedrático Jubilado, Universidade Católica Portuguesa; Presidente do Conselho Editorial *Nova Cidadania*

& **Manuel Braga da Cruz**

Professor Catedrático e antigo Reitor (2000-2012) da Universidade Católica Portuguesa. Membro do Conselho Editorial de *Nova Cidadania*



***Em defesa das liberdades de educação e de consciência num país que todos desejamos livre e democrático***

opinião íntima pessoal, moral e religiosa. Essa matéria tem sido publicamente anunciada em vista de libertar os alunos de “preconceitos e estereótipos” relativos à questão do género, e alterar “costumes, atitudes e valores” em matéria de sexualidade, assuntos que pertencem à responsabilidade educativa da família e não do Estado.

Perante isto, invocando a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo, os subscritores do Comunicado que junto enviamos vêm tomar posição pública em defesa das liberdades de educação e de consciência num país que todos desejamos livre e democrático. ■